

LEGITIMAÇÃO DE SABERES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O PONTO DE VISTA DE UMA ACADÊMICA NEGRA MILITANTE A PARTIR DE UMA UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

Mônica Conrado¹

RESUMO: Nesse artigo, a proposta é abordar o ponto de vista da mulher negra intelectual militante acadêmica, a partir de um diálogo com produções do feminismo negro e decolonial acerca do racismo na Universidade como prática diária. E em que consiste o debate aqui instaurado? O desafio é desmobilizar as teias do racismo que estruturam a Universidade em sua lógica de funcionamento. A ênfase é a necessidade de se atualizar segundo as demandas de discentes e docentes, o que exige algo constante e sempre inovador: a reinvenção de sujeitas e sujeitos sobre si mesmos. Então, o que se visa é promover um pensamento crítico além dos ditames acadêmicos para enriquecer a Universidade de trabalho intelectual negro, indígena, cigano e de tantos outros mais, apostando na ruptura de hierarquizações epistemológicas que se fundamentam na epistemologia “ocidental” dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Produção de conhecimento acadêmico. Epistemologias negras e decoloniais.

PRODUCTION OF ACADEMIC KNOWLEDGE AS A TOPIC OF DEBATE FROM THE POINT OF VIEW OF THE ACADEMIC MILITANT BLACK WOMAN FROM A UNIVERSITY IN THE AMAZONIA

ABSTRACT: In this article, the proposal is to approach the point of view of the academic militant intellectual black woman from a dialogue with black feminism and decolonial productions about racism in the university as a daily practice. And what does the debate established here consist of? The challenge is to demobilize the racism that structure the university in its operating logic. The emphasis is the need to keep up with the demands of students and professors, which requires something constant and always innovative: the reinvention of subjects of themselves. So, what is sought is to promote critical thinking beyond academic dictates to enrich the university of black, indigenous intellectual work and so many others, betting on the rupture of epistemological hierarchies that are based on the dominant "western" epistemology.

KEYWORDS: Racism. Production of academic knowledge. Black and decolonial epistemologies.

PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO DESDE EL PUNTO DE VISTA DE UNA MUJER NEGRA ACADÉMICA MILITANTE DE UNA UNIVERSIDAD EN LA AMAZONÍA

RESUMEN: En este artículo, la propuesta es abordar el punto de vista de la mujer negra intelectual académica militante desde un diálogo con el feminismo negro y las producciones

¹ Mônica Conrado. Docente da Universidade Federal do Pará. monicaconrado6@gmail.com

descoloniales sobre el racismo en la universidad como una práctica diaria. ¿Y en qué consiste el debate establecido aquí? El desafío es desmovilizar las redes de racismo que estructuran la universidad en su lógica operativa. El énfasis es la necesidad de mantenerse al día con las demandas de los estudiantes y los maestros, lo que requiere algo constante y siempre innovador: la reinención sobre ellos mismos. Entonces, lo que se busca es promover el pensamiento crítico más allá de los dictados académicos para enriquecer la universidad de negros, indígenas y muchos otros trabajos intelectuales, apostando por la ruptura de las jerarquías epistemológicas que se basan en la epistemología dominante "occidental".

PALABRAS CLAVE: Racismo. Producción de conocimiento académico. Epistemologías negras y decoloniales.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente artigo, a proposta é abordar o ponto de vista da mulher negra intelectual militante acadêmica (COLLINS, 2016, COLLINS & BILGE, 2016) que leciona há vinte e quatro anos no ensino superior e, na Universidade Federal do Pará (UFPA), desde o ano 2003, sobre o tema que virou título deste texto, cuja premissa é a escrita negra como escrita coletiva. Assim, eu me refiro a nós, na primeira pessoa do plural, como escrita autoral, como construção também coletivizada. Essa construção só é possível porque eu referencio a outras mulheres negras no debate da luta antirracista e do sexismo que se incorpora também nas nossas próprias produções acadêmicas, porque os nossos corpos de mulheres negras também estão inscritos nessa produção intelectual negra. Valem os desdobramentos dessas colocações iniciais ao longo do texto.

Nessa perspectiva, Patrícia Collins argumenta, ao construir três definições, que pode nos contemplar, inclusive, em nosso contexto. A primeira é sobre o ponto de vista do pensamento feminista negro de ganhar registro de outras pessoas, mas quem o produz, indubitavelmente, são mulheres negras. A sua segunda definição diz respeito à mulher negra em defesa de um “ponto de vista ou perspectiva singular sobre suas experiências”, no que tange a alguns aspectos, ou elementos nessa(s) mesma(s) perspectiva(s), que são compartilhados coletivamente por mulheres negras como grupo. Em sua terceira definição, igualmente importante como as demais, Collins afirma “que embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras” produz circunstâncias, avaliações e resultados com diferentes significados para quem vive, apesar de existirem temas e ou condições similares (2016, p. 101).

Com essas três definições, Patrícia Collins nos convida, ainda, a ficarmos atentas/os de que a universalidade, como viés de abordagem teórico-metodológica, apaga o ponto de vista de

mulheres negras a partir de suas próprias vivências. A experiência é fonte de base analítica em trânsito. Ela não pressupõe o binarismo nem a lógica antagonista. Essa perspectiva é da epistemologia ocidental.

A acadêmica negra é movida, muitas vezes, pela dor na construção de uma escrita ativa em constante negociação com as normas acadêmicas. Para ela, a oralidade é base constitutiva de sua vivência negra nas trocas de experiência em sua comunidade e, na Universidade, no processo de ensino-aprendizagem. Essa dor de corpos que falam, essa dor que é minimizada, é negligenciada, mas essa dor produz conhecimento, essa dor carrega histórias e narrativas.

Nós, mulheres negras acadêmicas, cada uma em suas atividades nas Faculdades, temos dia e hora para os eventos habilitados organizados pela comunidade negra acadêmica para discutirmos temáticas étnico-raciais em intersecção com gênero, classe, sexualidade e com o racismo e sexismo. Aí, terminamos a nossa participação e pronto! Saímos desses eventos, organizados por nós mesmas, muitas vezes com a certeza de que, nesse processo de interação com a audiência, que é dinâmico e se reatualiza o tempo todo em aulas com grades curriculares com a predominância de autoras negras, essas iniciativas precisam ser incorporadas como boas condutas e práticas acadêmicas. No entanto, o efeito é muito mais percebido no nosso grupo racial, o que é algo demasiadamente importante e fundamental de acontecer. E se encerra aí. Não há a perspectiva convidativa de abordar, sob diversas formas, o racismo na Universidade como prática diária, institucionalmente falando.

Ao fazer alusão ao racismo institucional, o desafio é desmobilizar as teias do racismo que estruturam a Universidade e sua lógica de funcionamento em nome de entraves burocráticos forjados como justificativas para a sua negação e manutenção de seu *status quo*.

Como disciplinas mandatórias, estudantes do ensino superior precisam de aulas sobre a nossa pluralidade étnico-racial que exige cursos sobre etnias, sobre a história negra com suas diversas entradas bem específicas (diásporas, África, a história de negros no Brasil, cultura negra), bem como sobre o feminismo negro², por exemplo, com o intuito de desmontar o privilégio branco e o mito da democracia racial. Gonzalez (2018) trouxe a tese que ela validou da africanização da cultura brasileira em plena ditadura que fere ao projeto de nação civilizatória brasileira.

² “Lei n. 10.639, de 2003, que alterou os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. A promulgação dessa lei consubstancia uma política pública voltada à valorização da identidade negra ao estruturar um currículo escolar mais aberto ao estudo de culturas não europeias. Posteriormente, a Lei n. 11.645, de 2008, incluiu, na LDB, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena” (LEMONS, 2015, p. 60).

As respostas costumeiras são: “mas tivemos avanço....” “As coisas já foram piores ”. São respostas prontas, caindo em sua ineficácia, mesmo que não sejam inverdades. Mas, em nome dos efeitos perversos e destruidores para uma trajetória acadêmica, essas respostas não bastam; longe disso. Então, novas práticas que envolvam o administrativo, o setor de segurança, o currículo dos cursos e áreas que tragam como questões norteadoras o combate ao racismo e sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia e discriminação de classe para que não sejam mais encarados como eventos que dão conta (suficientemente) dessas violações de direitos, ganhando, porém, caráter episódico sem diminuir sua importância e a necessidade de enriquecermos a Universidade com esse tema como lugar comum de reflexão crítica para novas metodologias de pesquisa que nos instigam a reflexão crítica que o feminismo negro e feminismo decolonial podem proporcionar.

Maria Lugones (2014 p. 935) propõe um quadro conceitual que fica aqui como indicação de leitura de “uma lente que nos permita ver o que está escondido de nossas compreensões sobre raça e gênero e sobre as relações de cada qual à heterossexualidade normativa” que coloque em xeque a imposição colonial do gênero sob a releitura de uma modernidade capitalista colonial moderna. Enveredar para a troca de lentes, para ver e conceber o mundo, amplia e complexifica nossa compreensão de mundo.

Houve, sim, avanços com disciplinas elaboradas por nós mesmas e a entrada de outras disciplinas pelo corpo docente que citam alguns textos da literatura especializada das epistemologias negras, mas ainda, em muitos casos, no modo *check list* de que consta “sim”, caso pergunte. Isso não significa dizer que esse debate não seja feito com certo rigor, mas, ainda, no modo pontual, sem levar em conta a posicionalidade de quem está falando, enquanto fala genericada e racializada, ainda se torna um desafio que demanda um processo contínuo e constante exigindo a reinvenção de sujeitas e sujeitos sobre si mesmos.

A nossa preocupação reside em abordagem interseccional, cuja perspectiva se enreda com a nossa própria história pessoal, enquanto mulher negra, enquanto acadêmica negra. Ou seja, trazer a experiência pessoal é a base do feminismo negro, cuja experiência do vivido de mulheres e meninas negras e de homens e meninos negros é a base epistemológica para a produção de conhecimento (COLLINS, 2000). Por que trazer tais questões, logo de início, sem preâmbulos? Ou parte introdutória? Direto ao ponto. Já ouvimos algumas vezes sobre ter que tomar cuidado em não transformar as aulas em feminismo, nesse caso, feminismo negro que subsidia a construção política de intelectual militante acadêmica negra. Veja só! É em nome do desafio de ainda ter que lidar com a negativa de que os feminismos são plurais e articuladores

de conhecimentos múltiplos que dialogam ação e pensamento, para o universo acadêmico, sem hierarquizações.

Outro aspecto relevante dessa mesma questão é trazer importância do feminismo negro como potencial crítico-transformador e sobre o uso da interseccionalidade como instrumento analítico metodológico, porque viabiliza compreender e analisar experiências de mundo a partir de suas complexidades. É uma ferramenta analítica que aciona as pessoas ao mundo, rompendo com a abordagem universalizante (COLLINS; BILGE, 2016).

Com o desafio sempre presente à zona de conforto das epistemologias dominantes em decorrência do processo de validação do conhecimento que prevalece sob a égide da ótica da universalidade ou ainda de análises monocategoriais, como a de gênero confundida com estudos de mulheres ou *women's studies*. Gênero como construção sócio-política, de identidades plurais interseccionando com categorias de diferenciação de cor/raça ou etnia, classe, idade, geração, sexualidades, local de origem com o mesmo peso e importância. A desnaturalização do binômio masculino-feminino para a leitura crítica das desigualdades raciais e de gênero ainda se mostra um desafio permanente nas produções que ignoram abordagens interseccionais como potência analítica, que vão além de simples citação.

No campo da sexualidade, ganha importância nas análises sobre a identidade do/a brasileiro/a, por exemplo, ao construir linguagens e discursos específicos mistificados na elaboração da nacionalidade (PARKER, R., 1991), que perpassam por atributos racializados que são constantemente desconstruídos pelo movimento negro do País, e, como assinala bell hooks (2000), nas questões de classe sob perspectiva racial e de gênero.

Aonde quero chegar com essas provocações, vale enfatizar. A epistemologia negra não é trazida no próprio plano curricular dos cursos e áreas, tanto de graduação como de pós-graduação. O que fazemos não ganha a devida relevância. Segundo bell hooks e Cornell West (2017), o intuito é promover um pensamento crítico além dos ditames acadêmicos como base. O que precisamos, ainda, é enriquecer a Academia de trabalho intelectual (negro, indígena, cigano e de tantos outros mais).

Por causa do movimento negro e, na Universidade, do Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM)³, temos as cotas raciais que possibilitaram a entrada, ao ensino superior,

³ Segundo Isabele Lemos (2015, p. 35): “Até o advento da Lei federal n. 12.711 em 2012, a UFPA era a única Universidade Federal da Região Norte que já adotava um programa de ação afirmativa para a inclusão da população negra nos cursos de graduação. A implantação de um sistema de cotas pela UFPA em 2005 foi fruto das pressões exercidas por grupos externos – entidades do movimento negro, tais como o Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), o grupo MOCAMBO e o Conselho Municipal do Negro – e por um grupo interno da comunidade acadêmica, o Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM) da UFPA”.

de universitárias negras e negros. Precisamos, ainda, muito mais, enegrecermos as produções de conhecimento acadêmicas. Então, o que acontece? Nós temos eventos, datas, porque acabam sendo isso, mas você tem uma luta que é diária de docentes negras e negros para cada Faculdade que não fecha o número em uma única mão⁴.

Lélia Gonzalez (2018) é quem inaugura e aprofunda a interseccionalidade como ferramenta analítica, mesmo que não seja com esse nome cunhado na sua obra acerca da grande lacuna de uma perspectiva teórica metodológica de um fazer interseccional. E nos evidencia o pretuguês como fala e escrita, uma estratégia narrativa de reivindicar, de subverter, de desestabilizar que, para a Academia, não abala o rigor acadêmico de dar aulas e de fazer pesquisa, por exemplo, porém deixando de lado formalizações acadêmicas, excludentes. O pretuguês, como linguagem, é epistêmica e ela aproximou o povo brasileiro em uma mescla coloquial, acadêmica. O pretuguês é o africanizar como embate às bases da escrita e de interpretação sob a égide eurocentrada.

Você se forma em Ciências Sociais e não lê Lélia Gonzalez ainda pouco referenciada em seus escritos, em suas ideias, como base analítico-reflexiva. Você vai discutir as temáticas das relações raciais no Brasil, vai ouvir falar no lugar do negro, mas o lugar do negro que ela discute retira a invisibilidade da condição da mulher negra. Ela fala da juventude negra, do racismo e sexismo, da condição da mulher negra trabalhadora, da diáspora. Lélia Gonzalez nos evidencia como essa estrutura econômica, em um contexto histórico como o nosso, marcado por um sistema de exploração de forças capitalistas, produz desigualdades não como um passado escravista que está, de fato, arraigado, mas sim como forças capitalistas que têm uma herança histórica de base colonial. Ela faz esse exercício de mostrar como o capitalismo produz essas desigualdades, racialmente falando, ou seja, não há possibilidade, depois de ler a Lélia, de pensar as desigualdades sociais sem racializá-las e generificá-las. E chama a atenção de que há heterogeneidades entre nós, negras, entre nós, negros.

Ao trazer a abordagem epistemológica negra sob a experiência estadunidense para alimentar ainda mais o diálogo, Collins e Bilge (2016) mencionam como as experiências das mulheres acadêmicas afro-americanas ilustram como indivíduos que desejam rearticular um ponto de vista a partir da mulher negra por meio do pensamento feminista negro pode ser

⁴ Já faz mais de cinco anos que a Lei n. 12.990/2014 está em vigência no Brasil. Ela reserva 20% das vagas de concursos do serviço público federal para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os. No âmbito específico dos concursos públicos para a carreira de magistério superior das Universidades Federais, em que a referida lei também se aplica, nos perguntamos: já podemos sentir os efeitos das ações afirmativas no quadro docente? As Universidades têm aplicado, efetivamente, a lei de reserva de vagas para negros e negras no Brasil? Capturado: 25.05.2020 <https://www.geledes.org.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/>

suprimido pelo processo de validação do conhecimento que prevalece. Para qualquer discurso, novas reivindicações do conhecimento devem ser consistentes com um corpo existente do conhecimento que o grupo que controla o contexto interpretativo aceita como verdade. Uma base experimental e material reforça uma epistemologia feminista negra a saber segundo experiências coletivas e visões de mundo compartilhadas de/por mulheres negras.

O agir e o pensar intelectual, em termos das epistemologias negras, são experiências do vivido como critério de significado, como assinala Collins (2000), no que tange aos critérios políticos que influenciam o processo de validação do conhecimento. Ela explica como, em primeiro lugar, reivindicações do conhecimento são avaliadas por um grupo de "experts", cujos membros carregam com eles uma série de experiências sedimentadas que refletem sua posição na intersecção das opressões.

Segundo Collins e Bilge (2016), é preciso potencializar criticamente o exercício do que isso possa enveredar, visto que interseccionar ainda é um desafio à zona de conforto das epistemologias dominantes, em decorrência do processo de validação do conhecimento que prevalece sob a égide da ótica da universalidade ou ainda de análises monocategoriais em detrimento da abordagem interseccional. A interseccionalidade é um modo para compreender e analisar experiência de mundo.

Audre Lorde (2019), em um dos seus artigos mais conhecidos no Brasil, *As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande*, comenta que “é uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, e de mulheres negras e do Terceiro Mundo, e de lésbicas” (2019, p. 135). Merece o destaque, em nome do contexto dessa fala, que trata de um convite a ela feito para participar em uma única mesa redonda na conferência realizada em 1979, em Nova York, o trecho: “as únicas duas últimas mulheres negras que se apresentaram aqui foram literalmente encontradas na última hora” *ibid.* p. 136.

Ao remontar a história trazida por Lorde (2019), em um de seus aspectos significativos sobre as tiranias do silêncio que tornam invisíveis às mulheres negras, relativas às diferenças intragêneros com mulheres brancas e com as do mesmo grupo racial, em nome de sua heterogeneidade, acaba nos levando a crer que não há possibilidade disruptiva em andamento ao pacto do silenciamento do racismo, do sexismo e da lesbianidade, já que se mantém, e com força. Vale ressaltar: até os dias de hoje.

Lorde coloca em evidência a necessidade de transformar o silêncio em linguagem e em ação para que, a partir daí, possa nos levar, entre outras problematizações, à ruptura de análises

de dominação e opressão universais que forjam possibilidades de se pensar as diferenças de sujeitas negras lésbicas, pobres ... e, nesse artigo, possibilitar o debate de que o número reduzido ou inexistente, na carreira docente, na Universidade, de mulheres negras e os obstáculos para uma crescente leitura docente sobre tematizações trazidas por discentes para desenvolver estudos de seu interesse que dialogam consigo mesmas em suas referências identitárias, coletivas e de suas comunidades de cunho social, político, cultural que ganham, sem assombro, caráter de excepcionalidade em nome de uma ou duas docentes em Faculdades ou Institutos que servem com a devida “naturalidade” que não causa espanto ou reação de quem utiliza “as ferramentas do senhor”, de acordo com o título trazido e desenvolvido por Lorde (2019).

O desafio maior é se dedicar às leituras e aprendizados. O tempo do relógio acadêmico exige maior dedicação às leituras das epistemologias dominantes. A necessidade imperiosa de deslocamentos para leituras que deixem de ganhar caráter secundário para a docência para fins de orientação, pesquisa e extensão é um passo importante para quem se refestela como intelectual, docente e/ou pesquisador(a) nos braços das epistemologias dominantes. Esse é um bom exemplo de supremacia branca.

Audre Lorde (2019, p. 137) afirma “que a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica”. A desvalorização do trabalho intelectual baseada na antiga falácia dicotômica militante e acadêmica, desprezada como prática-ação que produz conhecimento. Nós, a Academia. Elas, as militantes.

2 QUAIS SÃO AS IMBRICAÇÕES DE UM FAZER INTERSECCIONAL? O DEBATE MILITANTE E UM FAZER ACADÊMICO

O corpo, como explicita Zélia Amador de Deus (2011, p. 6), tem memórias. O corpo como marca identitária. “O corpo do africano e o corpo de seus descendentes, para o bem ou para o mal, sempre vêm à cena, se põem e se expõem, transformam-se em texto no discurso que enuncia e anuncia. Em suma, um corpo que fala” (DEUS, 2011, p. 2). Corpo que carrega uma história que, não contada, apaga o indivíduo enquanto corpo-memória. Cabe trazer Alex Ratts (2009) quando menciona “que tornar-se negro no espaço branco. Um drama, um dilema, uma encruzilhada”.

Por exemplo, universitária/o de determinada comunidade quilombola que ingressa no curso de Direito carrega em seu corpo suas vivências, uma história atrás de si. Se decidir,

autonomamente, trabalhar com direito voltado às populações quilombolas, na advocacia, ou ao trilhar carreira acadêmica, já traz consigo uma tese.

Linda Alcoff (2016) se refere às epistemologias dominantes. Muitas delas presumem o direito de julgar, por exemplo, o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo os relatos de experiência em primeira pessoa, de todos os tipos.

Na Universidade, é comum uma construção tradicional de uma visão intelectual que antagoniza com a militância. Como questão pertinente à tão falaciosa, mas ainda presente, de que “ser militante e acadêmica”, como dicotômicos, serve como argumento para que não se dê o devido crédito a uma formação teórica por ser militante, (des)legitimando histórias, negando conhecimentos no nosso ambiente acadêmico. Minhas competências emergem quando frustro o que a sociedade nos impõe como mulheres negras, quebrando expectativas sociais. Há uma tautologia racista que está sempre em voga, independentemente de época, tempo e lugar. Já a ouvi nos Estados Unidos, para justificar a “dificuldade” de contratação de negros por não acharem profissionais qualificados em nome do cumprimento das políticas de ação afirmativa daquele país. Em contexto nacional, em diversas situações: não há muitos negros na Universidade, logo não há (muitos) docentes negros. Não há (muitos) docentes negros porque não há (muitos) negros na Universidade. São narrativas de poder de privilégio branco. Assim, a composição étnico-racial mantém-se estruturalmente inabalada.

bell hooks remonta, em sua trajetória acadêmica, “de que havia uma diferença socialmente aceita entre qualificação acadêmica e tornar-se um intelectual. Qualquer um podia ensinar, mas nem todos seriam intelectuais” (1995, p. 465). Então, propriamente, o que é ser intelectual? Retomemos a autora:

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. Tenho muitos colegas que lidam com ideias e a quem eu muito relutaria em chamar de intelectuais. Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo (1995, p. 468).

Os critérios impostos para “tornar-se intelectual” tem uma carga racial, de gênero e de padrões heteronormativos, cuja intelectualidade é construída como brancocêntrica nas ideias, e na herança intelectual eurocêntricas, como epistemologias dominantes.

Mia Bay *et al* debatem como é desafiador o modo como mulheres negras são tradicionalmente descritas. Muitas vezes, foca-se em seu trabalho como ativistas ou o debate de seus objetos de estudo, de suas atividades intelectuais, mas, raramente, são vistas como

produtoras de conhecimento. Quais são as tradições de mulheres negras por trás (e que embasam) em sua militância? Como as mulheres negras se engajam em seus objetos de estudo? (2015, p. 4). Trouxemos essas indagações para ampliarmos nossas colocações de que as bases que nos estruturam como intelectuais não são as bases epistemológicas ocidentais que nos certificam em nossos títulos e para que muito nos preparamos.

Para universitárias/os pobres, a atividade intelectual da escrita ativa e de leitura silenciosa são árduas porque exigem isolamento para as horas de estudo, em seus quartos individuais ou não, na mesa da sala ou da cozinha e, do outro lado, ou o chamado escritório ou biblioteca, esse de origem burguesa é até acintoso já que é um espaço somente voltado para estudar ou trabalhar, não faz parte de sua realidade. De geração a geração, seus familiares trabalham em serviços e ocupações que exigem o dia todo fora de suas residências. O espaço para estudar é algo inventado com muita criatividade para se virar como (melhor) podem.

Como se manter na Universidade e nas bibliotecas?⁵ Da graduação à pós-graduação, eu permaneci mais tempo na Universidade. Era o meu melhor lugar para estudar. Morei no Centro Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) por quatro anos, do mestrado até a metade do doutorado. Foi a melhor e única maneira de estudar, naquele período. Desde a graduação, bolsas de estudo. Sem elas, provavelmente não teria conseguido. Com certeza, me travaria com interrupções e trancamentos de matrículas que impediriam trilhar carreira acadêmica. E lembrem o peso para universitárias/os pobres de origem operária que a educação era valorizada sobretudo como um meio de mobilidade de classe (hooks: 1995, p. 465). A escolha do trabalho intelectual é um ato revolucionário às mulheres negras e homens negros.

Elcimar Moreira da Silva trabalhou como ajudante de pedreiro com seu pai, também pedreiro, no campus da Universidade Federal Fluminense em 2009⁶. Dez anos depois, ele estuda no mesmo local cursando o segundo semestre de Física, onde ajudou a bater laje no campus Santo Antônio de Pádua, no noroeste fluminense. Realizou seu sonho de estudar Física. As Universidades públicas foram construídas pelas mãos das classes trabalhadoras operárias.

⁵ Somente defendendo a ocupação presencial nas escolas e Instituições de Ensino Superior (IES) após a disponibilidade de uma vacina contra a Covid-19 para a população de modo gratuito como questão prioritária de saúde pública. No entanto, esse debate considero atual que não pode ser postergado em nome da atual conjuntura que vivemos, uma vez que formação de qualidade e democrática somente é possível com interação e dialogia presencial entre docentes e discentes. Não há substituições possíveis sem que massacre a carreira docente, a produção científica e a formação de profissionais de diversas áreas comprometidos com a educação e com uma formação de qualidade e excelência. A Universidade é complexa! E nem cheguei a fazer a devida referência à pesquisa e extensão, às dinâmicas de centros, grupos, laboratórios, núcleos de estudos e pesquisa e demais Iniciativas que dão vida e sentido a sua existência.

⁶ <https://www.sonoticiaboa.com.br/2019/09/13/jovem-vira-aluno-universidade-ajudou-construir-como-pedreiro/>
Capturado: 28.05.2020.

Quem as ergueu, quem construiu seus alicerces? Na Amazônia, Vicente Salles (1971) demonstra que o negro foi uma presença marcante. A formação da classe operária no Pará é, inclusive, predominantemente negra.

Cornell West, em *Dilema do Intelectual Negro*, tem como crítica os modelos burgueses de vida intelectual que levam o intelectual negro a conflitos sobre sua competência e humanidade postas em prova sob estereótipos racistas e sexistas (hooks, 1995, p. 472). Para as classes trabalhadoras, tais espaços de estudo são onde dá. Um dos critérios para a produção exige novas configurações de espacialidades em suas próprias residências que são postas como questões eminentemente individuais. As demandas da organização doméstica.

A disposição física das residências para a família e acesso à internet, horas em casa com gastos de energia elétrica, água, refeições e espaços para estudos em metragens muito pequenas, como também a real dificuldade que as Universidades passam com cortes de verbas para bolsas de permanência, no acesso à Universidade, todos os dias, torna-se cada vez mais difícil.

O racismo, o sexismo e discriminação de classe operam em várias dimensões simbólicas, individuais, coletivas e institucionais e, como nossas produções vão além de publicações, já que nos mobilizamos, no interior da Universidade, na formação, orientação, grupo de estudos e fomento de reflexões em dialogia com a realidade social de cada um são rotuladas como uma questão à parte nas estruturas de poder, ganhando estatuto de optativas sobre feminismos negro, feminismo decolonial, relações raciais. O que conclamo como desarticulação do racismo epistêmico é a ruptura de hierarquização de saberes vinculados aos corpos docente e discente que emanam linguagens e modos de vida em suas heterogeneidades e, portanto, como produtores de conhecimento em espaços acadêmicos.

O NOSMULHERES é um grupo de estudos e pesquisa fundado no ano de 2008 em prol da Equidade de Gênero Étnico-racial, em dialogia com o movimento negro, com o objetivo de salientar o debate de gênero, tomando emprestado a perspectiva de que há, sempre, uma dimensão racial na questão de gênero e uma dimensão de gênero na questão da problemática étnico-racial, parafraseando Sueli Carneiro (2003), considerando que as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva de recriação constante de mecanismos sociais que produzem desigualdades raciais e de gênero. Este grupo é um dos protagonistas do feminismo negro como base teórica no interior da UFPA para articularmos o racismo e sexismo em seminários acadêmicos, grupos de estudo e disciplinas.

Em um dos eventos organizados pelo grupo, intitulado “I *Workshop* sobre Racismo Epistêmico”, realizado no dia 29 de março, trouxemos para o debate a Profa. Dra. Marilu

Campelo (Faculdade de Ciências Sociais (FACS/UFGA)), uma das fundadoras do GEAM/UFGA; Rebecca Sousa (assessora civil da Organização das Nações Unidas (ONU)), que abordou o assunto “Mulheres para o debate sobre ciganos”; Virgínia Arapasso (Presidente da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na UFGA); Flávia Santos (Coordenadoria de Diversidade e Gênero da Associação de Discentes Quilombolas (ADQ/UFGA)); Profa. Dra. Lilian Sales (UFGA/Castanhal), fundadora do Coletivo feminista ZO’É; Juliana Damasceno, integrante da Rede de Mulheres Negras, Coletivo Sapato Preto e Rede Nacional de Ciberativistas Negras; Flávia Câmara (NOSMULHERES, da Rede de Mulheres Negras, da Rede Fulanas e da Rede de Ciberativistas Negras). Neste evento, eu que abordei como tema o racismo epistêmico.

Contamos com mais de cem pessoas na audiência. As pautas trazidas abordaram discriminações, racismo. A ausência de diversidade étnico-racial na maioria das pós-graduações da UFGA também foi um dos pontos discutidos pela audiência e expositoras. Houve consenso sobre fazer parte do quadro como docente e discente não é garantia alguma de vínculo de pertencimento com reconhecimento. Coube então destacar práticas de dominação e subordinação que visam a suprimir o protagonismo de mulheres negras, sustentadas em correntes teóricas dominantes (COLLINS, 2000) e de homens negros, de povos indígenas e ciganos.

O conceito de *outsider within* (forasteira de dentro) de Collins (2016, p. 99, 100) nos mostra que:

por muito tempo mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos [...]. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

bell hooks (1995, p. 468) comenta o que Patricia Williams, professora de Direito negra, afirma que o *status* de fora é uma espécie de ferida aberta.

Grada Kilomba (2019, p. 83) enfatiza que “ser uma pessoa de “dentro” produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos”. Para a autora, a perspectiva biográfica de trabalhar com o racismo é fundamental, de extrema importância por conta da experiência contínua e de seus atravessamentos em toda a biografia por envolver, dentre outras, uma memória histórica de opressão racial por não se poder considerar episódica ou pontual.

A própria construção discursiva na luta antirracista no interior da Universidade é ameaçada por ser “demasiado subjetiva”, “muito pessoal”, “muito específica”, “muito emocional” (*ibid.*p. 51), como ela constata. E a alegada natureza emocional nos dá subsídio para refletirmos aqui em nosso contexto particular, específico.

Kilomba (2019, p. 53) é enfática ao dizer que “não é somente uma imensa, mas também urgente tarefa de decolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento”. Contestar as condições de validação do que é conhecimento ou não acadêmico, como afirma Kilomba, e de desafiar o conhecimento acadêmico referendado.

Ramón Grosfogel (2011, p. 343) denomina racismo epistêmico como um dos privilégios de uma política essencialista das elites masculinas ocidentais, uma vez que as ciências sociais ocidentais assumem a (crença) na superioridade do conhecimento “ocidental”.

Em debate sobre decolonizar a Universidade, Castro Gomez (2007, p. 85) menciona que a Universidade não pode ser o lugar que deixa de refletir sobre si mesma. E sobre a importância de gerar novos campos de saber dentro da Universidade, diferentes formas de saber convivendo no espaço universitário, uma vez que a Universidade que funciona complexamente deve se pensar complexamente. Em outras palavras, deve-se fomentar um diálogo de saberes para que diferentes formas de conhecimento convivam, sem hierarquizações no espaço acadêmico.

Collins (2015, p. 15) nos adverte que “Necessitamos de novas categorias de conexão, novas visões de como podem ser nossas relações com os outros. Essa discussão se dirige, então, à necessidade de novos padrões de pensamento e ação”. E, ainda, não cairmos na sedução de leituras das epistemologias negras sem perder de vista de quem lê porque nos exige um repensar crítico e reflexivo como exercício analítico de um fazer em nossas próprias práticas acadêmicas, o tempo todo.

Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro e Zélia Amador nos ensinam, em suas biografias, como se interseccionam atuando na área da cultura, artes, militância em órgãos, coletivos, e entidades de movimento negro e trilharam carreira acadêmica. Não há dicotomias, mas intersecções. Elas transitam como protagonistas em vários espaços fazendo circular ideias, produzindo conhecimento no ativismo político e na Academia.

Lélia, Beatriz, Sueli e Zélia, como outras de tão igual importância para nós, são sinônimo de inquietar-se porque elas transitaram em espaços não pensados, não possíveis, não imaginados, nos quais a mulher negra estaria ou poderia estar e, assim, ao buscarmos compreender a potência do que elas trouxeram não se devem estabelecer muros que separem,

Mônica Conrado

que compartimentalizem para fixar o pensamento e o ativismo de cada uma delas, sem interseccionar.

Como construir vínculos de pertencimento na Universidade pública com a incorporação de sujeitas e sujeitos racializados, trans e cis que têm histórias a contar, que dão sentido às nossas próprias lutas em comum, em contexto de desmonte, desde o golpe em 2016, e com o desmantelamento como tragédia com práticas genocidas de um (des)governo a que estamos submetidas em resistência, ganhando magnitude com a Covid-19 que adocece e mata, escancarando desigualdades sociais. Precisamos de uma agenda única no enfrentamento do sucateamento das Universidades públicas dando sentido, inclusive, às questões trazidas nesse artigo.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n.1. jan./abr. 2016.

AMADOR DE DEUS, Zélia. O corpo negro como marca identitária na diáspora africana. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 11, 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2011.

BAY, Mia; GRIFFIN, J.; JONES Martha S.; SAVAGE, Barbara D. Introduction: toward an intellectual history of black women. In: *Toward an intellectual history of black women*. University of North Carolina Press., 2015. E-book.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: Ashoka Empreendimentos Sociais Takano Cidadania (org.). **Racismos Contemporâneos..** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

Castro-Gómez, Santiago. (2007) "Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes". En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (comps.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporâneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patrícia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p. 99-127.

_____. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata. (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2015. Cadernos Sempre Viva. p.13-42

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionality**. USA, Polity Press, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana. Editora Filhos da África, 2018.

GROSFOGEL, Ramón. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. **Tabula Rasa**, Bogotá-Colombia, n. 14, p. 341-355, enero-junio, 2011.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, p.464-478, 1995.

_____. **Where we stand: class matters**. New York: Routledge, 2000.

_____ & WEST, Cornell. **Breaking Bread**. Insurgent Black Intellectual Life. Nova York, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LEMOS, Isabele. **Cotas Raciais Na Ufpa**: as percepções de estudantes cotistas sobre suas trajetórias acadêmicas. Orientadora: Mônica Prates Conrado. 2015. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Inclusão Social) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo ao feminismo descolonial, **Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(3): 320, set./dez. p. 935-952, 2014.

PARKER, R. **Corpos, Prazeres e Paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (org.). **Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala Livros, 2009, v. 1, p. 81-108.

